

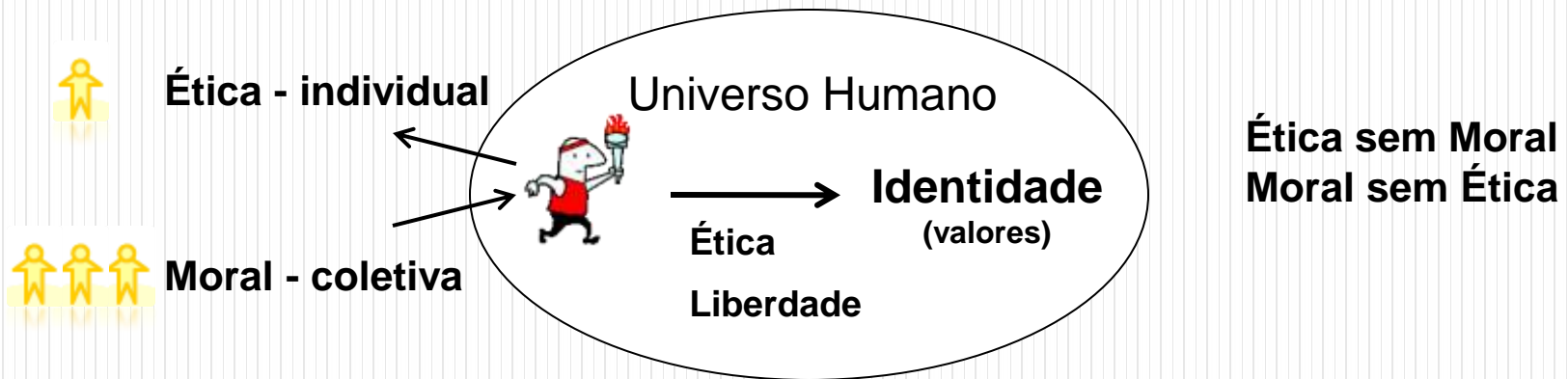
AMEP

Desafios na Prática e Gestão da Atenção Primária à Saúde Ética na Atenção Primária

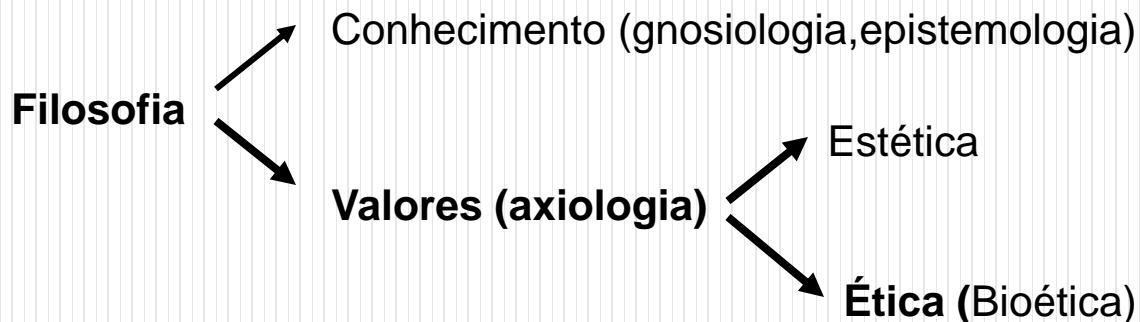
Cláudio de Souza
Coordenador do Núcleo de Minas Gerais
Programa Nacional de Telessaúde
Conselheiro Corregedor do CRMMG

Conceitos Fundamentais

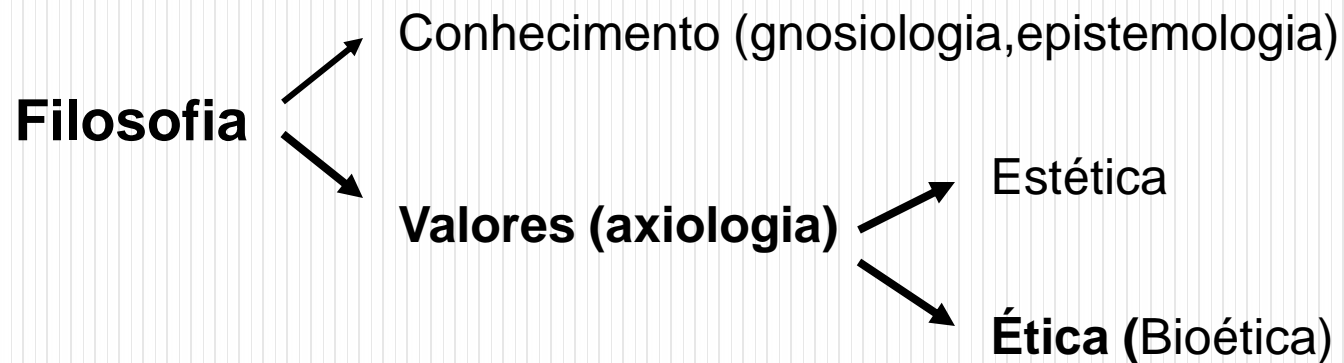
Ética e Moral



"Quando o homem não encontra a si mesmo, nada encontra." (Goethe)

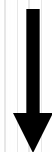


Ética e Filosofia



Ser Humano x Mundo natural

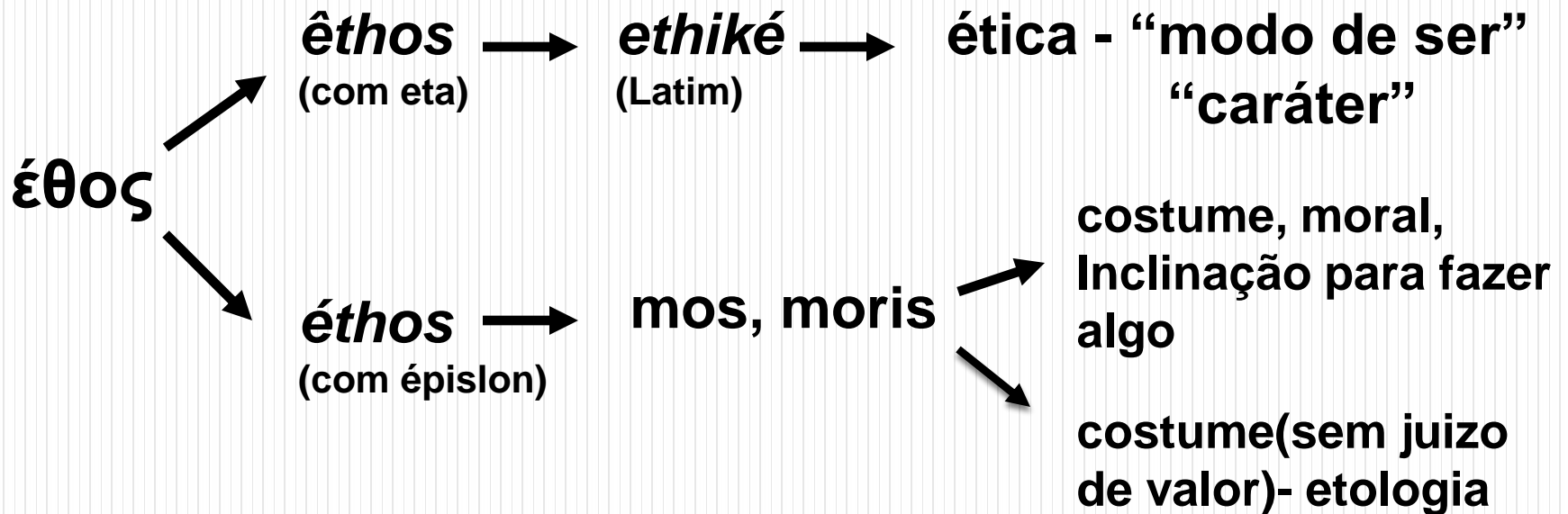
Universo humano \neq Universo natural



valor

“Ética é o domínio dos juízos de valor”

Etimologia



êthos x páthos

"modo de ser" "caráter" "modo de estar" "fibra", "tempera"
"morada do homem no ser"
Heidegger

Ação Ética e Julgamento Ético

Ação ética:

Lei da Autenticidade

Lei da Identidade

Princípio da Alteridade

“O que o mestre é, vale mais que os ensinamentos do mestre” (Karl Menninger)

Julgamento ético:

Razão (lógica - moral)

Sensibilidade (valores, virtude, contexto - ética)

Dever, obrigação (direito, lei)

Ética e Saúde



A saúde como um bem fundamental deve ser oferecida para todos e não apenas para a maioria.

Bioética e Saúde

Bio: vida + ética: ética = Bioética (neologismo)

O termo bioética foi utilizado pela primeira vez pelo oncologista norte-americano Van Rensselaer POTTER, em 1971, em sua obra - Bioethics: bridge to the future

(Prentice-Hall 1971)



Professor of Oncology at the McArdle Laboratory for Cancer Research at the University of Wisconsin-Madison

Origem do Principialismo

Relatório Belmont:

**Comissão Nacional Para a Proteção
dos Seres Humanos da Pesquisa
Biomédica e Comportamental (1978)**

**Principles of Biomedical Ethics
T. L. Beauchamp e J.F. Childress**

Fundamentos da Bioética Principlialista

Diversidade de Valores Morais

+

**Necessidade de uma teoria acessível e
prática para a solução dos conflitos de
caráter ético**



PRINCIPIALISMO

Relatório Belmont

Respeito às pessoas – Autonomia: capacidade de atuar com conhecimento de causa e sem coação externa

Beneficência - Não é caridade, mas obrigação

Justiça - “imparcialidade na distribuição dos riscos e benefícios” - “os iguais devem ser tratados igualmente”

Beauchamp e Childress:

Respeito à autonomia

Não-maleficência

Beneficência

Justiça

Princípio da Autonomia

"A pessoa autônoma é aquela que não somente delibera e escolhe seus planos, mas que é capaz de agir com base nessas deliberações"

Fonte: Beauchamp TL, Childress JF. Principles of medical ethics. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1985.

Princípio da Autonomia

O direito do ser humano à autonomia gera o imperativo (dever) de respeitá-lo.

Este direito é reafirmado no princípio kantiano de que “o homem é o fim em si”.

Na prática médica, a essência do princípio da autonomia é o consentimento livre e esclarecido.

Princípio da Autonomia

"A pessoa autônoma é aquela que não somente delibera e escolhe seus planos, mas que é capaz de agir com base nessas deliberações."

Fonte: Beauchamp TL, Childress JF. Principles of medical ethics. 2. ed. New York: Oxford University Press, 1985.

Limites da Autonomia

A autonomia não deve ser vista como um direito absoluto; deve ser limitada pelo respeito à dignidade e à liberdade dos outros e da coletividade.

Uma decisão que cause dano a outra pessoa ou à coletividade, não tem validade ética.

O respeito à autonomia não implica na obrigatoriedade do profissional de saúde em ir contra os ditames de sua consciência.

A legislação brasileira garante ao cidadão direito à vida, mas não sobre a vida.

Consentimento Livre e Esclarecido

Deve ser obtido antes da realização de qualquer procedimento sobre o organismo humano.

Moralmente é aceita a persuasão, porém nunca a coação ou a manipulação.

Para que o consentimento esclarecido seja autêntico a informação deve ser compreendida.

Não é imperativo que as informações sejam detalhadas.

É suficiente que sejam leais, compreensíveis e inteligíveis.

O paciente pode também escolher não ser informado.

Consentimento Livre e Esclarecido

Questões a serem consideradas:

- Dizer a verdade
- Respeitar a privacidade dos outros
- Proteger as informações confidenciais
- Obter consentimento para intervenções nos pacientes
- Quando solicitado, ajudar os outros a tomar decisões importantes

Fonte: Beauchamp TL, Childress JF Princípios de Ética Biomédica. Edições Loyola . São Paulo, 2002

Princípio da Beneficência

Tradição Hipocrática:

“Usarei o tratamento para o bem dos enfermos, segundo minha capacidade e juízo, mas nunca para fazer o mal e a injustiça”.

O princípio da beneficência constitui a diretriz básica da prática médica, psicológica, odontológica e da enfermagem, entre outras, que lidam com o ser humano.

Princípio da Beneficência

O significado filosófico moral de BENEFICÊNCIA é fazer o bem.

A beneficência é a expressão da BENEVOLÊNCIA.

Beneficência / benevolência fazem parte do senso moral ou sentido moral descrito por Shaftesbury.

Visões divergentes sobre beneficência

“a natureza humana é dominada pelas forças do egoísmo, da autoconservação e da competição”

Thomas Hobbes

“toda pessoa normal tem sentimentos para com outros seres de simpatia, gratidão, generosidade e benevolência que a impulsionam à prática do que é bom para os outros e para o bem público”

Shaftesbury

Características da Beneficência

É uma disposição emotiva para fazer o bem aos outros.

É uma virtude ou seja uma qualidade boa do caráter das pessoas.

É uma disposição para agir de forma correta.

Em geral os seres humanos normais são benevolentes.

Limites da Beneficência

Existem inúmeras situações em que a aplicação do princípio da beneficência pode prejudicar o paciente.

É preciso aprender a tomar decisões de caráter profissional e moral em situações difíceis.

Princípio da Não-maleficência

Tradição Hipocrática:

“Socorrer ou, ao menos não causar danos”, cuja tradução latina é : “Primum non nocere”

O princípio da não-maleficência está ligado à obrigação de não causar danos.

Limites da Não-maleficência

Tanto a beneficência como a não-maleficência não têm caráter absoluto.

Ambas têm de ser pensadas em conjunto.

Para a melhor decisão deve-se aplicar sempre a “Phronesis” de Aristóteles, ou seja, a Prudência.

Prudência

É a virtude que facilita a escolha dos meios certos para um bom resultado.

Pauta o agir pelo princípio da busca do que é bom e pela recusa do que é mau.

Princípio da Justiça

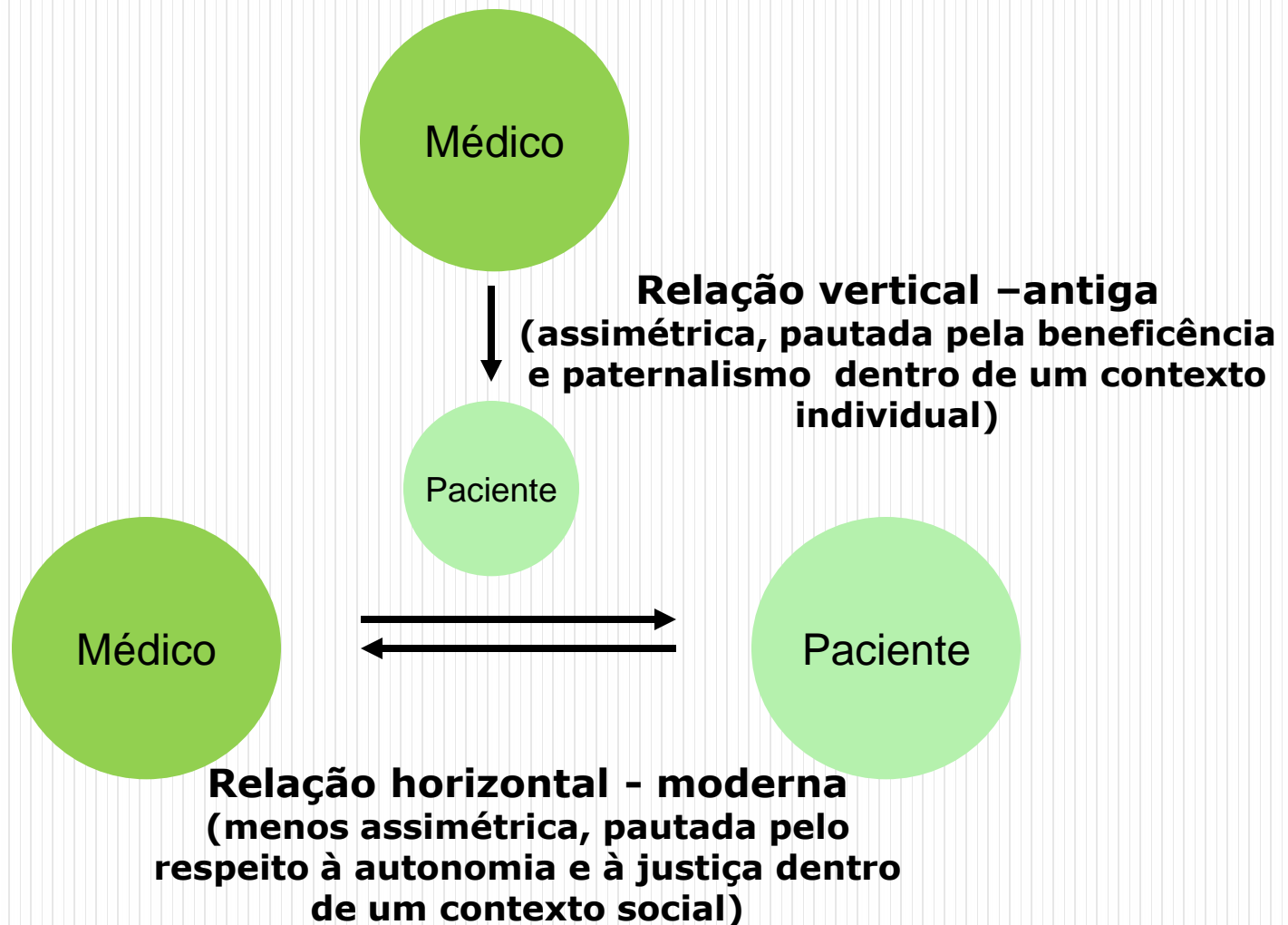


DIKÊ – deusa grega,
filha de Zeus e Têmis

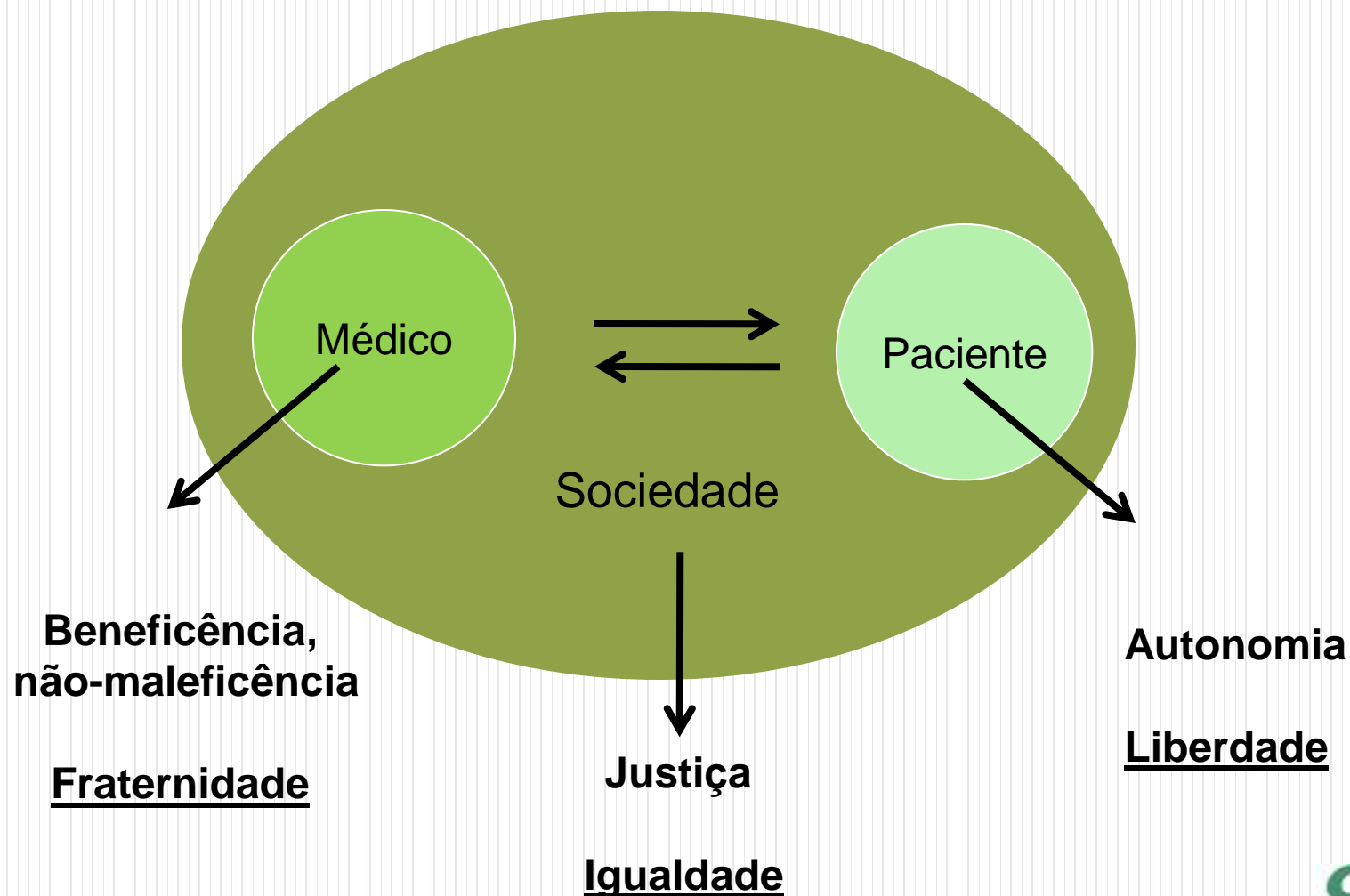
“A distribuição natural dos bens não é justa ou injusta, nem é injusto que os homens nasçam em algumas condições particulares dentro da sociedade. Estes são simplesmente fatos naturais. O que é justo ou injusto é o modo como as instituições sociais tratam destes fatos”.

JOHN RAWLS – Theory of Justice.

Novos paradigmas na relação Médico / Paciente



Novos paradigmas na relação Médico / Paciente



Natureza dos Princípios

Autonomia e Beneficência: são princípios privados.

Não-maleficência e Justiça: são princípios públicos.

Segundo Diego Gracia, em caso de conflito, o público tem prioridade.

Princípioalismo produto da cultura norte-americana

Máximas de atuação prudencial

- **Objetividade**
- **Praticidade**
- **Tomada de decisões a partir de situações concretas**

Modelo americano x Modelo europeu

Na américa do norte:

Problemas reais – solução prática

Pragmatismo

Individualismo

Autonomia

Na europa:

Busca da fundamentação

Virtude, caráter social

Justiça, equidade

Modelo latino-americano

Encontro obrigatório com a pobreza e a exclusão social.

Justiça com equidade.

Preocupação com o bem comum.

Priorização da beneficência em detrimento da justiça.

Influência religiosa orientando as decisões.

Perfil latino-americano

Segundo Diego Gracia os latino-americanos:

- **São desconfortáveis com direitos e princípios**
- **Preferem atos bons ou ruins, ao invés de certo e errado**
- **Preferem a benevolência, mais que a justiça**
- **Valorizam mais a amizade, que respeito mútuo**
- **Priorizam mais a excelência, que o direito**
- **Consideram a intolerância uma virtude**
- **Consideram a tolerância um vício**

Ética na Atenção Primária – aspectos deontológicos e algumas particularidades

Código de Ética Médica (CEM) – 145 artigos

Trabalho em Equipe – Relacionamento interprofissional

Sigilo – Privacidade – Confidencialidade

Prontuário do paciente (eletrônico, de papel)

Noções de legislação (Constituição, C. Civil, Penal, ECA)

Ética em Telessaúde (Equipe técnica, segurança rede)

Dilemas pessoais (especialização, residência, família etc)

Ética e tecnologia: novas tendências



“Devemos avançar de uma ciência eticamente livre para outra eticamente responsável; de uma tecnocracia que domina o homem para uma tecnologia que esteja a serviço da humanidade do próprio homem”.

Hans Kung

Visão Ética: novas tendências

Diálogo, respeito, tolerância e solidariedade inter e transcultural.

Declaração universal de uma ética global - TOWARD A UNIVERSAL DECLARATION OF A GLOBAL ETHIC - Leonard Swidler .

Equilíbrio entre a Macrobioética (social) e a Microbioética (individual).

Respeito à vida em todas as suas expressões.

Reflexão final

A construção de um mundo melhor, mais HUMANO, mais JUSTO e mais SOLIDÁRIO depende de cada um de nós !



Portanto....

não nos esqueçamos do imperativo categórico de KANT e procuremos colocá-lo em prática:

“PROCEDA EM TODAS AS SUAS AÇÕES DE MODO QUE A NORMA DE SEU PROCEDER POSSA TORNAR-SE UMA LEI UNIVERSAL”

Immanuel kant

Obrigado!
csouza@medicina.ufmg.br

Referências selecionadas

Costa SIF, Oselka G, Garrafa V. Iniciação à Bioética. Conselho Federal de Médica. Brasília, 1998. Disponível em: www.cfm.org.br Publicações, livros on line.

Petroianu A. Ética, Moral e Deontologia Médicas. Guanabara Koogan Rio de Janeiro, 2000.

Freitas, J. Bioética. 2a ed. Fundação Mariana Resende Costa. Belo Horizonte, 2001. 209p.

Kant, I. Crítica da Razão Prática. Editora Martin Claret. São Paulo, 2004.

Aristóteles. Ética a Nicômaco. Editora Martin Claret. São Paulo, 2004.

Freitas, J. Ciência e Filosofia. Imprensa da UFMG, Belo Horizonte, 1981.

Platão. A República. Editora Martin Claret. São Paulo, 2004.

Friedrich Nietzsche. Para Além do Bem e do Mal Editora Martin Claret. São Paulo, 2004.

Beauchamp TL, Childress JF. Princípios de Ética Biomédica. Edições Loyola. São Paulo, 2002.

Siqueira JE, Zaboli E, Kipper DJ. Bioética Clínica. Editora Gaya. São Paulo, 2008